PORTARIA COLETIVA Nº 214 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025 - DG-TES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto da Lei Nº 9.994, de 12 de julho de 2023 publicado no DOE nº 35.469, de 13 de julho de 2023 e ainda o processo de nº E-2025/2155551.

CONCEDER, 15 (quinze) dias de Recesso anual RAPS aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período
83852-1	ANA IACY BARBALHO SOARES	AUXILIAR DE SAÚDE	01/02/2025 a 15/02/2025
57194716-1	CARLA DO SOCORRO SANTOS DE OLIVEIRA	AGENTE DE PORTARIA	14/02/2025 a 28/02/2025
5671728-2	CLAUDIA ANDREA CAPELA BISPO PIRES	TERAPEUTA OCUPACIONAL	03/02/2025 a 17/02/2025
57197950-1	CRISTINA DE ALMEIDA BELEM	ASSISTENTE SOCIAL	16/02/2025 a 02/03/2025
5182654-1	DEUZARINA DE OLIVEIRA BEZERRA	AUXILIAR DE SAÚDE	03/02/2025 a 17/02/2025
5160669-1	EDNA MARA PEREIRA CONCEICAO	AGENTE DE PORTARIA	03/02/2025 a 17/02/2025
119482-1	FARIGA LUCIA CORDEIRO DE OLIVEIRA	AGENTE DE PORTARIA	15/02/2025 a 01/03/2025
54194786-1	GIZANE BRELAZ LIMA MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/02/2025 a 17/02/2025
5177340-1	JANE HERCILIA NERES DURANS	ENFERMEIRO	03/02/2025 a 17/02/2025
5177340-2	JANE HERCILIA NERES DURANS	ENFERMEIRO	03/02/2025 a 17/02/2025
54193549-1	JOSIVANE SALES BARBOSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/02/2025 a 02/03/2025
57190557-1	LEILA MALTEZ FERNANDES	PSICOLOGO	03/02/2025 a 17/02/2025
54185644-2	MARIA DE NAZARE PEREIRA ALVES	PEDAGOGO	17/02/2025 a 03/03/2025
57190888-1	MONIK HELEN BAHIA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/02/2025 a 03/03/2025
5153751-1	NADIA DA SILVA BLANCO	AUXILIAR DE SAÚDE	01/02/2025 a 15/02/2025
5426430-2	REGINA MARQUES DE ALMEIDA	ENFERMEIRO	03/02/2025 a 17/02/2025
57197860-1	ROSANA MENEZES DE AZEVEDO	ASSISTENTE SOCIAL	17/02/2025 a 03/03/2025
3185443-3	SHEILA MARIA RIBEIRO TAPAJOS	CHEFE DE UNIDADE MISTA	01/02/2025 a 15/02/2025
5160570-1	VERA LUCIA MEIRELES POSSANTE	AGENTE DE PORTARIA	03/02/2025 a 17/02/2025

PUBLIOUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 14/02/2025. Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA Nº 217 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025 - DGTES/SESPA

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO o casamento do servidor HECTOR BRENNO DA SILVA CAGNI, que se deu na data de 06 de fevereiro de 2025 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994; RESOLVE:

I – Autorizar o afastamento por motivo de casamento, do servidor HECTOR BRENNO DA SILVA CAGNI, Id. Funcional nº 5961357/3, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado na Divisão de Avaliação de Serviços, no período de 06 de fevereiro de 2025 a 13 de fevereiro de 2025, conforme certidão de casamento Matrícula nº 065656 01 55 2025 2 00075 291 0022491 81.

II – Esta PORTARIA entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de fevereiro de 2025

seus efeitos a data de 06 de fevereiro de 2025. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 14/02/2025.

Kelly de Cássia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 1167820

PORTARIA Nº 139 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025.O Diretor do 1º Centro Regional de Saúde, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA n.º 76 de 09/01/2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.777 de 10/01/2019.

CONSIDERANDO que a administração pública visa promover a regularidade e o seu aperfeiçoamento.

CONSIDERANDO o parecer da CONJUR/SESPA N.º 377/2023, nos autos do processo nº 2023/2142073

CONSIDERANDO a PORTARIA de nº 778 de 22 de setembro de 2020, publicado no DOE nº 34358 de 29 de setembro de 2020;

RESOLVE:

I – ABRIR Sindicância Administrativa na forma do art. 199 da Lei n. º 5.810/94, composta pelos servidores LILIANE BRANDÃO RIBEIRO, Enfermeira, matrícula nº. 5342236/2 (Presidente), CLAUDIO JOSÉ DE ARAUJO ROCHA, Agente Administrativo, matrícula nº 57191092/1 (membro), GUSTAVO CARVALHO DE FREITAS, agente administrativo, matrícula nº 5892413/1 (secretário) e ACAUHAN SALDANHA DE ANDRADE, agente administrativo, matrícula nº 57191179/1 (suplente) para, sob a presidência da primeira, para abrir a sindicância que busca apurar possível descumprimento contractual por parte da empresa Sonia Goretti Veloso Vieira bem como apurar se houve participação de algum servidor da unidade que contribuiu para a materialização dos fatos denunciados no processo n.º 2023/2142073

II – A comissão deverá concluir os trabalhos com apresentação do relatório final no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogável por igual período, desde que por motivo fundamentado.

Publique-se, registre-se e Cumpra-se.

1º Centro Regional de Saúde, em 13/02/2025. MARCO ANTONIO RODRIGUES NORMANDO

Diretor 1º CRS SESPA

Protocolo: 1167691 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA

Resolução Nº 08, de 06 de fevereiro de 2025.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado do Pará (CIB- SUS/PA), no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, e o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011.

- Considerando a PORTARIA GM/MS nº 533 de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Considerando a PORTARIA nº 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Considerando a PORTARIA GM/MS nº 5.632, de 25 de outubro de 2024, que altera a PORTARIA de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Considerando a PORTARIA GM/MS Nº 5.713, de 9 de dezembro de 2024, que altera a PORTARIA de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para modificar os modelos de informação a serem adotados pelos entes federados e os sistemas compositores da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde - BNAFAR/SUS.

- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB no 152 de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".

Resolve:

Art. 1º. Pactuar "Ad referendum" as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do Estado do Pará.

Art. 2º. O Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) inclui os medicamentos que tratam os principais problemas e condições de saúde da população brasileira na Atenção Primária à Saúde (APS), como hipertensão, diabetes, asma, dislipidemia, inflamação e infecções, bem como métodos anticoncepcionais. Adicionalmente, ampliando as alternativas, constam 12 fitoterápicos no referido elenco (Anexos I e IV da RENAME vigente do SUS).

Art. 3º. O financiamento e aquisição do Componente Básico da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme normas estabelecidas nesta Resolução, com aplicação, no mínimo, dos seguintes valores de seus orçamentos próprios:

I- União repassará o valor financeiro por habitante/ano de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

1. IDHM muito baixo: R\$ 8,05 (oito reais e cinco centavos) por habitante/ano;

IDHM baixo: R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos) por habitante/ano;
IDHM médio: R\$ 7,55 (sete reais e cinquenta e cinco centavos) por habitante/ano;

4. IDHM alto: R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos) por habitante/ano; e 5. IDHM muito alto: R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) por habitante/ano

II - O repasse financeiro do Estado é de R\$ 3,01 (três reais e um centavo) por habitante/ano;

III - O repasse financeiro dos Municípios é de R\$ 3,01 (três reais e um centavo) por habitante/ano.

• 1º Os recursos financeiros oriundos do orçamento do Ministério da Saúde para financiar a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica serão transferidos a cada um dos entes federativos beneficiários em parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total anual a eles devido.

• 2º Para fins de alocação dos recursos federais, estaduais e municipais, utilizar-se-á como parâmetro a população estimada nos referidos entes federativos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Censo Populacional do ano de 2022 ou população mais recente estimada pelo IBGE, enviada ao Tribunal de Contas da União.

Art. 4º. Defini que os 144 (cento e quarenta e quatro) municípios, através